

## **LINHAGENS DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL: A CHINA COMO PROPULSORA DE UM NOVO INTEGRACIONISMO-DESENVOLVIMENTISTA**

Joseildo Lima (UEPB), [joseildo.lima@mundialistas.com.br](mailto:joseildo.lima@mundialistas.com.br)  
Fábio Franco (UFS), [fabio.franco@mundialistas.com.br](mailto:fabio.franco@mundialistas.com.br)

### **Resumo**

Tomando por base a ordem internacional contemporânea, o presente artigo trata de esmiuçar a idéia de Shyan Shu (que defende que uma característica da política externa chinesa é o fato de que ela busca o desenvolvimento econômico da China, mas também dos parceiros comerciais do dragão asiático visando, sobretudo, a sua segurança doméstica face um mundo ameaçado pelo unilateralismo estadunidense), mostrando como o processo de “integração informal” entre a China e os demais países tem sido o responsável pelo crescimento da economia mundial e pelo desenvolvimento das economias emergentes, deslocando o foco analítico da economia internacional do eixo EUA-Europa para o leste asiático, além de estar possibilitando um aprofundamento na multilateralidade das relações internacionais, e também como isso tem gerado um conflito de interesses entre Pequim e Washington.

**Palavras-chave:** China; nova ordem mundial; desenvolvimento; integração; política externa.

### **Abstract**

Taking into account the contemporary international order, this article tries to deal with Shyan Shu’s point of view (who defends that one of the chinese international politics is that China looks forward to developing its economic growth, along with its partners), showing that the process called “informal integration” among China and others emerging countries has been the responsible for the world economic growth, replacing the analytical emphasis from the US-Europe axis to East Asia, besides it lets a deepened process of multilaterality of international relations, and also how it has permitted to generate a conflict of interests between Washington and Beijing.

**Key-Words:** China; new world order; economic development; integration; international affairs.

## INTRODUÇÃO

A China ascende como potência mundial, encabeçando o renascimento econômico da Ásia. Renascimento porque a Ásia oriental é uma grande região do passado que esteve na vanguarda do desenvolvimento mundial durante pelo menos dois mil anos, até o século XVIII (ROZMAN, 1991).

As consequências da ascensão da China são grandiosas. E o mais importante é que, cada vez mais, a China vem substituindo os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia Oriental e em outras partes do mundo, a exemplo da África e da América Latina.

Em algum momento dos próximos 15 meses, a China deverá ultrapassar o Japão e se tornar a segunda maior economia do mundo, no mais extraordinário processo de ascensão de um país na história da humanidade. A ultrapassagem ocorrerá pelo menos cinco anos antes do que se previa anteriormente e será acelerada pelo impacto da crise financeira que abalou o mundo a partir de setembro de 2008<sup>1</sup>.

As previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2010 colocam a China no segundo lugar do ranking de países por Produto Interno Bruto (PIB), com US\$ 5,263 trilhões, acima dos US\$ 5,187 trilhões do Japão<sup>2</sup>.

A ascensão da China foi meteórica e levou a uma total transformação da ordem econômica existente na década passada, quando Estados Unidos, Europa e Japão tinham inquestionável ascendência na arena global. Também forçou a discussão sobre o redesenho de organizações multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, nas quais o poder de voto da China não reflete o tamanho de sua economia.

“O sistema internacional construído depois da Segunda Guerra Mundial será quase irreconhecível em 2025 por causa da ascensão dos países emergentes, da globalização da economia, da histórica transferência de riqueza e poder econômico do Ocidente para o Oriente e

---

<sup>1</sup> A China está no centro das forças que estão moldando esse novo cenário. Há cinco anos, o país aparecia em sexto lugar no ranking dos maiores PIB's do mundo elaborado pelo FMI, atrás de Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e França, respectivamente. Desde então, começou uma rápida escalada, impulsionado por uma taxa média de crescimento anual de quase 11%. Inglaterra e França já haviam sido deixadas para trás em 2006 e, no ano seguinte, foi a vez de a Alemanha abandonar o posto de terceira maior economia.

<sup>2</sup> Para alguns economistas, a troca de lugares só não ocorreu ainda em razão da persistente valorização do iene japonês, que infla o tamanho do PIB do país quando ele é convertido para o dólar. Na China, o yuan está no mesmo nível desde meados de 2008, o que limita o valor em dólar da economia.

da crescente influência de atores não estatais”, observa o documento “*Global Trends 2025: A Transformed World*”, publicado pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, em novembro de 2008.

A China possui o maior volume de reservas internacionais do mundo, de US\$ 2,27 trilhões, e é detentora do maior volume de títulos do Tesouro americano, posição ocupada pelo Japão até 2008.

O país governado pelo Partido Comunista Chinês também deverá se tornar a principal potência comercial do planeta em 2010, segundo previsão da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), com uma soma de exportações e importações superior à da Alemanha e à dos Estados Unidos.

As apostas agora são sobre quando os chineses vão ultrapassar os norte-americanos e assumir o posto de maior economia do mundo.

A Política Externa Chinesa contemporânea é definida no conceito de interdependência, ou seja, em função de seus interesses nacionais, na importância da paz a fim de dar continuidade ao desenvolvimento do país, e no pragmatismo em que a importância de suas prioridades está acima de qualquer ideologia. Ademais, a China considera importante impulsionar com todos os Estados uma nova ordem política e econômica internacional, e nessa tarefa, enfatiza a necessidade da sua participação nas chamadas responsabilidades mundiais (SHYAN SHU, 2005)

Em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP – UNICAMP – USP/SP, Silvana Shioy Shyan Shu defende que uma característica da política externa chinesa é o fato de que ela busca o desenvolvimento econômico da China, mas também dos parceiros comerciais do dragão asiático visando, sobretudo, a sua segurança doméstica face um mundo ameaçado pelo unilateralismo estadunidense.

Tomando por base a ordem internacional contemporânea, o presente artigo trata de esmiuçar essa idéia de Shyan Shu, buscando analisar como o processo de “integração informal” entre a China e os demais países tem sido o responsável pelo crescimento da economia mundial e pelo desenvolvimento das economias emergentes, deslocando o foco analítico da economia internacional do eixo EUA-Europa para o leste asiático, além de estar possibilitando um aprofundamento na multilateralidade das relações internacionais.

## O PIONEIRISMO CHINÊS: ESTADO NACIONAL E ECONOMIA DE MERCADO

Os mercados nacionais, assim como os Estados nacionais e os sistemas interestatais, não são invenção ocidental, como é tão comum aprendermos desde cedo. Adam Smith já sabia, quando de sua *A Riqueza das Nações*, de 1776, que durante o século XVIII o maior mercado nacional não estava na Europa, mas na China. A formação desse mercado levou muitos séculos, mas sua configuração no século XVIII resultou das atividades de formação do Estado nos períodos que remontam ao ano de 1127, com o início da dinastia Song (1127-1276 d.C).

A inserção internacional da China está articulada para compatibilizar as necessidades e aspirações domésticas do país com as possibilidades externas do contexto global. Assim sendo, a política externa chinesa tem como prioridade dar continuidade aos programas desenvolvimentistas e garantir a estabilidade doméstica no país (SHYAN SHU, 2005). Historicamente, a China sempre apresentou problemas fronteiriços e, desde cedo, houve a necessidade dos governantes chineses em lidar com esses conflitos.

Durante o período da dinastia Song, a China privilegiou o comércio marítimo como fonte de renda. Nesse sentido, houve uma expansão chinesa em termos econômicos, porém nada comparado ao desenvolvimento capitalista no ocidente europeu. Isso se dá, porque na Ásia oriental não houve uma tendência à concorrência dos Estados para construir impérios comerciais e territoriais d'além-mar, como aconteceu na Europa. Ao contrário, no período Ming (1368 - 1644 d.C) ela foi controlada com políticas que priorizavam o comércio nacional (ARRIGHI, 2008).

Janet Abu-Lughod afirma que a China dos Ming ter abandonado o oceano Índico “deixou os estudiosos perplexos e até desesperados durante os últimos cem anos”. Diz ela:

Quase a ponto de dominar uma parcela significativa do globo e de gozar de vantagens técnicas não só na produção pacífica, como também no poderio naval e militar (...), por que a China virou as costas, retirou a esquadra e deixou um enorme vazio de poder que os mercadores muçulmanos, sem o apoio dos poderes marítimos estatais, estavam totalmente despreparados para ocupar, mas que seus colegas europeus se mostrariam mais do que capacitados e dispostos a preencher depois de um hiato de aproximadamente setenta anos? (ABU-LUGHOD, 1989).

A razão que se dá para tal “abandono dos mares” é que os Ming passaram a se preocupar mais com as ameaças militares imediatas na fronteira norte. A mudança da capital de Nanquim para Pequim ocorreu de modo a proteger com mais eficiência aquela fronteira contra as invasões

mongóis. Para a China, desperdiçar recursos para controlar as rotas marítimas asiáticas seria uma forte ameaça ao seu equilíbrio doméstico enquanto Estado. O controle dessas rotas comerciais era muito menos importante do que as relações pacíficas com os Estados vizinhos e a integração de domínios populosos numa economia de bases agrícolas (ARRIGHI, 2008).

## **A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA NO LIMAR DO SÉCULO XXI**

No plano dos interesses vitais, a política externa da China, desde tempos os mais remotos, é orientada para preservar a segurança nacional, zelar a soberania do Estado e manter a integridade territorial. Foi assim no passado e continua sendo assim no início do século XXI. Não obstante a ideologia política adotada quando da Revolução Chinesa, em 1949, na conjugação dinâmica entre determinantes internos e externos, a política externa da China adotou uma postura pragmática e defensiva a fim de perseguir os interesses nacionais do país, transpondo aos poucos as limitações ideológicas do modelo político chinês.

A China, após um longo período de isolamento geopolítico, tem alterado de maneira significativa o curso desse processo histórico, participando, cada vez mais, como um grande *player* no cenário internacional.

Com o insucesso dos primeiros anos da Revolução Cultural maoísta no plano sócio-econômico, a China viu-se na necessidade (inclusive do próprio ponto de vista da segurança doméstica) de encontrar meios de se desenvolver economicamente, buscando bem estar de sua população. Nesse sentido, escassa de capital que lhe possibilitasse se desenvolver, a China promoverá uma abertura econômica sob os auspícios de Deng Xiaoping (1904-1997).

Tal abertura só foi possível, naquele contexto de Guerra Fria, porque, ao romper relações diplomáticas com a URSS, à China não restou alternativa senão flexibilizar-se ideologicamente e se aproximar dos EUA, sobretudo para que sua segurança fosse estabelecida. Dessa maneira, a China desponta no cenário internacional em um momento no qual a Globalização em seu estilo neoliberal começa a se expandir.

Desde então, Pequim vem caminhando numa trilha de crescente participação nos fóruns multilaterais. A ideia de uma hegemonia global (estadunidense, europeia, ou qualquer outra) não lhe soa agradável. Assim, a China se aproximou de países que lutam, no plano internacional, por uma maior democratização da política.

As potencialidades econômicas chinesas atraíram, ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000 investimentos estrangeiros os mais vultosos, capazes de fazer com que o país crescesse, em média, 11% ao ano ao longo dos últimos 20 anos, aproximadamente.

Dessa forma, a China tem desempenhado um papel estratégico nas atuais discussões acerca dos rumos da sociedade internacional, colocando-se ao lado de países como Brasil, Índia e Rússia com quem forma o BRIC – grupo de países emergentes mais importantes.

A doutrina chinesa de segurança nacional e internacional foi sintetizada por Xie Wenqing, “Senior Research Fellow” do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos da China, em Pequim, nos seguintes termos: “consolidação da defesa nacional, resistência contra agressão, salvaguarda da unidade nacional e integridade territorial, e provimento de confiável garantia de segurança para a reforma da nação, abertura econômica e desenvolvimento”.<sup>3</sup>

A inserção internacional da China está articulada para compatibilizar as necessidades e aspirações domésticas do país com as possibilidades externas do contexto global. Assim sendo, a política externa chinesa tem como prioridade dar continuidade aos programas desenvolvimentistas e garantir a estabilidade doméstica no país (SHYAN SHU, 2005). Historicamente, a China sempre apresentou problemas fronteiriços e, desde cedo, houve a necessidade dos governantes chineses de lidar com esses conflitos.

## **A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CHINESA NO LESTE ASIÁTICO**

Em artigo jornalístico de 2003, Marshall resume em poucas palavras o que tem se tornado consenso nas observações acerca da região asiática dos últimos anos. Diz ele:

Em poucos anos, a China tornou-se uma potência econômica com força política cada vez maior numa região onde os EUA já reinaram incontestes. (...) Grande parte da nova condição da China vem de sua promoção a uma das maiores nações comerciais do mundo e, nesse processo, a mercado importante para os vizinhos exportadores. Mas nesse poder há uma forte dimensão política, já que novos líderes de Pequim se mostram dispostos a pôr de lado as antigas disputas e cativar, em vez de importunar, as outras nações (MARSHALL, apud ARRIGHI, 2008).

De acordo com Medeiros (2006), o extraordinário desenvolvimento econômico chinês vem alterando significativamente a estrutura econômica mundial, através de seu impacto sobre o

---

<sup>3</sup> Apud CHACON (2003).

volume de comércio, dos investimentos e dos preços das matérias-primas e dos produtos manufaturados. Ademais, a China vem ampliando o mercado para as exportações asiáticas de maior conteúdo tecnológico e para os fornecedores de matérias-primas. Essa característica do polo econômico chinês contribuiu de forma bastante positiva na recuperação econômica da região, atingida pela crise de 1998.

Nos últimos anos, o saldo comercial (exportações menos importações) da China com os EUA ultrapassou o saldo japonês (US Census Bureau, 2002). Em meio ao crescente volume de exportações e investimentos diretos, a China aplicou uma política de controle de capital e de regime cambial fixo.

A manutenção do câmbio fixo, quando os vizinhos da China desvalorizaram suas moedas, provocou uma forte valorização do Yuan, que foi um fator importante para a superação da crise asiática de 1998-99, ao evitar uma corrida cambial e por, praticamente, determinar o Yuan como a moeda chave para o comércio regional.

Esse regime cambial e os mecanismos de controle de capitais aliados ao formidável volume de exportações e de investimentos, têm permitido à China uma autonomia macroeconômica pouco comum a outros países. No curto prazo, a valorização do Yuan provoca, internamente, custos fiscais significativos. Contudo, olhando numa perspectiva mais ampla, a política adotada pela China tem deslocado o eixo de poder na região asiática, diminuindo não só a presença como a importância dos EUA enquanto parceiro comercial dos países da região.

Pelo que podemos apreender dos dados da UNCTAD (2002), as empresas estatais constituem cerca de 38% do PIB e 47% do emprego industrial na China, respondendo por 45% das importações e por 50% das exportações.

Assim, diz Medeiros (2006), “a máquina de crescimento chinesa não se deslocou para as empresas estrangeiras e suas exportações, mas permaneceu fortemente assentada nos investimentos públicos, na exportação das empresas estatais e na expansão do consumo”. Ou seja, de acordo com a equação (1) do PIB sob a ótica da produção, o setor estatal é quem tem possibilitado à China se desenvolver. Essa observação vai ao encontro daquilo que Arrighi nos diz sobre a China ter um “capitalismo de Estado”.

$$\text{PIB} = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

em que,

C = consumo das famílias

I = investimentos privados

G = gastos/investimentos do governo

X = Exportações

M = Importações

Fernand Braudel explica:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado. Em sua primeira grande fase, a das cidades-Estados italianas de Veneza, Gênova Florença, o poder estava nas mãos da elite endinheirada. Na Holanda do século XVII, a aristocracia dos Regentes governava a favor e até de acordo com as diretivas dos negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro. Do mesmo modo, na Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688 marcou a ascensão dos negócios ao trono, de modo semelhante ao que ocorreu a Holanda (BRAUDEL, 1987).

Portanto, com os dados observados da UNCTAD e com o que nos diz Fernand Braudel, podemos concluir a importância que o Estado tem no direcionamento do crescimento econômico chinês e, como conclui Medeiros (2006), as mudanças no comércio mundial e regional fizeram da China uma máquina do crescimento asiático e de sua estabilização. Assim, a alta taxa de crescimento chinês afirmou-se como grande polo para o crescimento do comércio mundial.

### **A PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE (ANTES) PERDIDO: ÁFRICA**

A necessidade cada vez mais acentuada por matérias-primas, oriunda do exorbitante crescimento econômico chinês, caracteriza o âmago dos interesses do grande dragão asiático no continente africano. É bem verdade que as relações sino-africanas não pertencem exclusivamente à atualidade; nos tempos de guerra fria, durante o governo maoísta, encontram-se algumas relações com certos países africanos. No entanto, a partir dos anos 90, com a inserção da China no cenário internacional, essas relações foram e são feitas com mais veemência.

A busca por fontes de energia, sobretudo o petróleo, encontra-se no topo da lista de interesses da China no continente africano, uma vez que o petróleo do oriente médio não é tão atrativo, devido à grande concorrência entre Europa e os Estados Unidos na região. Contudo, a relação sino-africana não se concentra apenas na importação de matérias-primas, há também,

uma exportação crescente de produtos chineses que, por sua vez, distancia cada vez mais a possibilidade de atuação ocidental no continente, posto que este não tem condições de competir com os baixos preços oferecidos pelas companhias chinesas.

Mais uma prova da expansão chinesa na África pode ser vista na citação do redator-chefe de “Africa Confidential”, Patrick Smith: “Atualmente, mais de 70% dos contratos de obras públicas na África subsaariana são concedidos a companhias chinesas ou indianas”. Ademais, o primeiro ministro chinês, Weng Jiabao, alegou que o governo da China vai emprestar US\$ 10 bilhões para a África nos próximos três anos.

A China encontrou no território africano uma área promissora capaz de saciar suas necessidades por matérias-primas, tornando-se, portanto, a terceira maior parceira desse continente, perdendo apenas dos Estados Unidos e da Europa. A África também demonstra uma certa guinada em relação, não só à China, mas também, a outros países emergentes. Assim alega o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade:

A África quer cooperar com a Europa, mas se a Europa se fechar em relação à África, quando nós temos Índia, China e Brasil nos oferecendo as mesmas coisas a preços mais baixos e com condições de crédito extraordinárias, isto também faz parte da realidade econômica (WADE).

É evidente que essas relações sino-africanas representam uma certa ameaça às potências euro-estadunidenses e é em função disso que Estados Unidos e Europa ainda veem a china com ressalvas.

## **AMÉRICA LATINA E CHINA: UMA RELAÇÃO PROMISSORA**

A era Bush (2001-2009) caracterizou-se pelo descaso à América Latina durante oito anos, por parte dos Estados Unidos, devido aos atentados de “11 de Setembro de 2001”, que fizeram com que os interesses estadunidenses se concentrassem na Ásia e no Oriente Médio. Criou-se, portanto, um vácuo de influência e poder na região, o que, por sua vez, propiciou a aproximação de novos sujeitos, como a China, por exemplo.

No entanto, mesmo no Governo Obama, as relações entre a América Latina e os EUA têm representado um papel secundário, graças ao envolvimento do país norte-americano com as questões nucleares do Irã, do recrudescimento dos conflitos no Afeganistão, o caso da Coreia do

Norte, etc. Dessa forma, fica fácil entender a influência chinesa, cada vez mais crescente, nessa região: a China, sem dificuldades, conseguiu ocupar os espaços deixados de lado pelos Estados Unidos na América Latina.

A relação entre a China e os países latino-americanos não difere muito das relações do país asiático com o continente africano, ou seja, também é pautada nos interesses por fontes de energia e recursos naturais. Em contrapartida, a América Latina se mostra como um grande mercado exportador para a China que, por sua vez, é o maior líder de manufaturas industriais atualmente.

Os principais parceiros comerciais da China na região são Brasil, México, Chile e Argentina. As trocas comerciais China-Brasil foram da ordem de US\$ 18,5 bilhões (R\$ 38,14 bilhões) em 2006, correspondendo a 26% de todo o volume comercializado pelos chineses com países latinos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, de 04 de abril de 2009:

No consolidado do ano, a corrente de comércio entre os dois países chegou a US\$ 10,2 bilhões, um aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foi de US\$ 8,9 bilhões. Segundo o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, este é um resultado histórico, já que os Estados Unidos vinham sendo o principal parceiro do Brasil nas últimas décadas. No mesmo período, os Estados Unidos tiveram queda de 20,5% no intercâmbio comercial com o Brasil, passando de US\$ 14,8 bilhões em 2008 para US\$ 11,7 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano (MDIC, 2009).

Tendo em vista a relação da China com a África e com a América Latina, teriam os EUA e a Europa motivos para se preocupar com o avanço chinês? A questão não se restringe apenas a esses dois continentes, mas sim, a uma corrida por influência global, na qual a China se configura como um ator à altura dos seus concorrentes.

## **A VIRADA DO JOGO: ASCENSÃO CHINESA NO IMPÉRIO AMERICANO**

Não obstante o conceito de “destruição criativa<sup>4</sup>” tenha sido originalmente aplicado à análise de agentes econômicos não-estatais, podemos fazer uso dessa categoria schumpeteriana

---

<sup>4</sup> O processo de destruição criativa, conceito criado pelo economista austríaco Schumpeter (1883-1950) promove as empresas inovadoras, que respondem às novas solicitações do mercado, e fecha as empresas sem agilidade para acompanhar as mudanças. Ao mesmo tempo, orienta os agentes econômicos para as novas tecnologias e novas preferências dos clientes. Elimina postos de trabalho ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de trabalho e possibilita a criação de novos negócios.

para compreender como o declínio dos EUA (“destruição”) alterou positivamente a relação de forças para a China (“criação”).

A economia dos EUA viveu um período de relativa estabilidade entre o fim da década de 1940 e o início dos anos 1960. A partir de então, com os gastos com a Guerra do Vietnã (1965-75), o país passou a sofrer com ciclos de recessão e expansão, ambos sempre acentuados, com uma intensificação do efeito “montanha russa” a partir da década de 1970, quando os choques do petróleo atingiram o país e o mundo.

Os choques do petróleo provocaram uma alta de preços da energia e o país passou a conviver com a “estagflação” – alta da inflação acompanhada de estagnação da atividade econômica, com aumento do desemprego.

Durante o governo de Ronald Reagan (1981-1988) a economia encontrou espaço para se recuperar mais do tombo sofrido na década anterior. Reagan adotou uma política de liberalização da economia, incluindo medidas que seriam adotadas mais tarde, por George W. Bush pai, (1989-1993): cortes de impostos para que as pessoas pudessem ficar com uma parte maior dos salários que ganhavam.

Clinton manteve as estratégias de reduzir o tamanho da máquina governamental. O desempenho do governo levou a uma fase de desempenho cada vez mais saudável ao longo da década, com inflação e desemprego baixos, sólidos lucros corporativos e superávits orçamentários.

A expansão das redes de telecomunicações e o desenvolvimento da internet, levou ao surgimento da “nova economia” (ou economia pós-fordista). As empresas “pontocom” se tornaram o foco das atenções dos investidores. Tanto que geraram uma “bolha” – processo em que, devido à intensa especulação, os preços de algum produto ou bem atingem patamares muito altos, até um ponto em que a escalada não mais se sustenta. Os altos preços tendem a afastar os compradores e a queda da demanda que se segue força uma parada brusca na atividade do setor.

O primeiro mandato do presidente George W. Bush (filho) começou sob o efeito do estouro da bolha das empresas “pontocom”, ocorrido em 2000.

Juros menores baratearam o crédito e estimularam o consumo. A queda dos juros também favoreceu o mercado imobiliário. O barateamento das hipotecas provocou uma corrida ao mercado imobiliário, gerando assim a uma nova “bolha”, a qual veio a estourar em agosto de 2008 com a quebra do Lehman Brothers dando início à maior crise financeira desde 1929.

Durante a expansão da bolha de 2001, a maior parte do capital estrangeiro que fluiu para os EUA era capital privado em busca de lucro. No entanto, depois que a “bolha explodiu”, o fluxo de capital para os EUA tornou-se mais político e os governos que financiaram o crescente déficit estadunidense ganharam necessariamente uma influência nada negligenciável sobre a política do país.

Essa situação não representou um problema para os EUA, conforme diz Arrighi, porque a maioria dos Estados credores da Ásia oriental, sobretudo o Japão, sentia-se profundamente dependente dos EUA para sua segurança e prosperidade. Essa situação mudou radicalmente, porém, com o surgimento da China como destino alternativo para as exportações e os investimentos da Ásia oriental e como importante credor dos EUA.

Paul Krugman, prêmio Nobel de Economia em 2008, diz o seguinte:

(...)atualmente os Estados Unidos têm pouca influência na China. O Sr. Bush precisa da ajuda da China para lidar com a Coréia do Norte. (...) Além disso, a compra de títulos do tesouro norte-americano pelo banco central da China é uma das principais maneiras de os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial. (...) Apenas quatro meses depois da Operação Flight Suit, a superpotência se transformou em pedinte das nações que costumava insultar. Missão cumprida! (Krugman, apud Arrighi,2008).

O surgimento da China como a grande vencedora da guerra ao terror dos Estados Unidos resultou numa inversão da influência dos dois países na Ásia Oriental e no mundo em geral. Uma das expressões dessa inversão foi o que Joshua Cooper Ramo chamou de “Consenso de Pequim”: o surgimento, liderado pela China, de “um caminho para os outros países do mundo” não só se desenvolverem, mas também “se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e sãs opções políticas”.

## **CONCLUSÃO**

O efeito combinado da forte mão econômica da China com os problemas de Washington na Ásia Ocidental<sup>5</sup> logo se refletiram não só nas relações mútuas dos dois países, como também nas respectivas posições diante de terceiros. Em 2006, segundo Arrighi, a virada de idéias resultou em mudança igualmente radical na geopolítica da situação:

---

<sup>5</sup> A guerra do Afeganistão/Paquistão contra o grupo fundamentalista islâmico Taleban, considerado terrorista por Washington.

Muitos acordos que inspiraram medidas de segurança no sudeste da Ásia nos últimos cinquenta anos foram pensados como bastiões contra a expansão comunista chinesa. Agora, o sudeste da Ásia, cujos líderes viam os EUA tradicionalmente como âncora da segurança regional, falam sobre a necessidade de fortalecer o relacionamento com Pequim (ARRIGHI, 2008).

Em suma, a ocupação do Iraque, longe de lançar as bases para um “segundo século estadunidense”, comprometeu a credibilidade do poderio militar dos EUA, reduzindo ainda mais a centralidade do país e da moeda na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança estadunidense na Ásia oriental e em outras regiões (ARRIGHI, 2008).

Foi exatamente o que foi discutido aqui, ao lançarmos olhar para a expansão econômica chinesa, não apenas pela sua vizinhança, mas pela África e pela América Latina – continentes onde se encontram os principais países emergentes (Brasil, México, Chile, Argentina, Egito, África do Sul, Índia, Indonésia). Essa “integração informal”, que ultrapassa fronteiras, idiomas, culturas e regimes políticos, tem caracterizado uma ruptura paradigmática histórica, não somente porque estamos diante de uma nova potência, mas, sobretudo, por se tratar de uma ascensão dos países do sul, talvez uma nova “Bandung”, como sugere Joshua Cooper Ramo, uma aliança de nações emergentes que vieram pra ficar!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350**. New York: Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BECARD Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: Funag, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CABRAL, Serverino. **O Brasil e a China: uma visão brasileira da parceria estratégica. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** (Rio de Janeiro : 2006): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Ásia. – Brasília: Funag, 2008.

CERVO, Amado Luiz., BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

CHACON, Vamireh. **Política Externa da China na virada do século XX ao XXI**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília. IPRI-FUNAG: 2003.

GLOBAL TRENDS FINAL REPORT. (2008), publicado no National Intelligence Council [[http://www.dni.gov/nic/PDF\\_2025/2025\\_Global\\_Trends\\_Final\\_Report.pdf](http://www.dni.gov/nic/PDF_2025/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf)]. Disponibilidade: 17/04/2010.

GÓMEZ, José María. (1998) **Globalização, Estado-Nação e Cidadania**. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Jan./Jun., P. 7-89.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Deslocamento e complementaridade: a estratégia de desenvolvimento chinesa e a economia regional asiática**. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (Rio de Janeiro, 2006): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Ásia. – Brasília: Funag, 2008.

NYE, Joseph. **The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone?** Oxford: Oxford University Press, 2002.

OLIVEIRA. Carlos Tavares de. **O comércio reabriu a China para o mundo**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (1999). **A crise asiática e a China**, publicado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/oliveiracriseasiatica.pdf>]. Disponibilidade: 17/10/2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (1995). **China e Japão no âmbito da economia política internacional**, publicado em Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/oliveirachinaejapao.pdf>]. Disponibilidade: 17/10/2009.

PERES, José Roberto R. **Brasil e China: aliança e cooperação para o novo milênio**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2008) **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Revista Novos Estudos. CEBRAP, nº 80.

ROZMAN, Gilbert. **The East Asian Region: Confucian heritage and its modern adaptation**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SHYAN SHU, Silvana Shiow. **A inserção internacional da China no Pós-Guerra Fria**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado) – UNESP-UNICAMP-PUC/SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

VIZENTINI, Paulo G. Fernandes. **As nações unidas na visão brasileira e chinesa**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003.